

EU NÃO PESCO, TU NÃO COMES E ELA MORRE NA REDE...  
O PROJETO TAMAR, O GOVERNO E AS POPULAÇÕES DE CONTACTO,  
ANTE UMA ABORDAGEM DE CONJUNTURA

Marcos Zurita Fernandes

## 1. INTRODUÇÃO

Segue em curso no Brasil a tentativa de superação do paradoxo de conciliar as premissas previstas na Agenda 21<sup>1</sup>, em atendimento ao desenvolvimento sustentável dos potenciais ambientais naturais, com o receituário econômico determinado pelas agências reguladoras transnacionais.

O encolhimento do aparato estatal, restringindo as ações governamentais na esfera socioambiental, proporcionou às organizações da sociedade civil oportunidade para interferir em questões referentes, possibilitando que o serviço se tornasse publicizável, para além de sua instância administrativa, incluindo-se aqui o âmbito regional e local das questões referentes ao meio ambiente.

A exata transformação do Estado prestador de serviço em Estado subsidiário (legalizador e fiscalizador) e as sucessivas transformações político-econômicas ao longo das três décadas, em acompanhamento aos interesses ambientalistas nacionais e internacionais, têm registro neste trabalho, cujo contexto busca acompanhar a trajetória do Projeto TAMAR – Preservação das Tartarugas Marinhas no Brasil – desde sua criação em 1980, evidenciando, por meio de uma análise qualitativa, sua transformação de um projeto ambientalista a um programa de gestão socioambiental, seus propósitos, a amplitude e os efeitos de suas ações voltadas à preservação destas espécies e seu nível de relacionamento com o Estado (interação com o IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, entidade ambiental governamental, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente) e com as populações de contacto.

O Projeto TAMAR, criado em 1980, iniciou suas atividades com a identificação das espécies, o reconhecimento de locais e períodos de desovas, e registro dos principais problemas relativos à exploração. Ocorrem também as primeiras iniciativas de conscientização das comunidades. A base pioneira foi instalada na Praia do Forte, Município de Mata de São João, Bahia. Atualmente, através de 21 estações (entre continentais e insulares) em nove estados brasileiros, detém sob seu controle mais de mil quilômetros de praias, amparados por expedientes legais outorgados pelo Estado, através do IBAMA. Assim, à disposição do Projeto TAMAR, tanto há proibição à ocupação do território costeiro considerado potencialmente atraente à desova de tartarugas marinhas, quanto há legislação complementar inibidora e definidora de posturas sociais: proibição à extração mineral, ao trânsito de embarcações rápidas nos redutos de alimentação e nidificação, ao trânsito de pedestres e veículos nas praias, à iluminação artificial de vias próximas às áreas de desova e limitação à altura das edificações litorâneas<sup>2</sup>. Ademais, é terminantemente proibido e passível

---

<sup>1</sup> Agenda 21 é um programa de ação para viabilizar a adoção do desenvolvimento sustentável e ambientalmente racional em todos os países. Nesse sentido, o documento da Agenda constitui, fundamentalmente, um roteiro para a implementação de um novo modelo de desenvolvimento que se quer sustentável quanto ao manejo dos recursos naturais e preservação da biodiversidade, equânime e justo, tanto nas relações econômicas entre os países, como na distribuição da riqueza nacional entre os diferentes segmentos sociais, economicamente eficiente e politicamente participativo e democrático.

<sup>2</sup> As sombras das edificações projetadas sobre a areia onde os ovos são postos alteram sua temperatura e interferem no gênero dos filhotes.

de atribuição criminal, o consumo, o comércio, a aquisição e a exploração<sup>3</sup> destes animais e seus derivados.

As tartarugas marinhas integram o grupo de espécies mais longevas do planeta, conformando o elo entre o passado remoto e a atualidade. Sem prejuízo deste atributo e de outras particularidades, são migratórias por excelência, não havendo país ou território que possa admiti-las como espécimes exclusivos de sua biota, de seu elenco de recursos naturais. Assim, são consideradas um recurso natural compartilhado, cuja preservação dependeria de ações efetivas de todos os países integrantes das suas rotas migratórias.

Das sete espécies de tartarugas marinhas existentes no globo, cinco aproximam-se da costa brasileira para alimentação e acasalamento (águas costeiras e pelágicas<sup>4</sup>) e nidificação (postura de ovos nas areias das praias escolhidas). Todas integram duas listas de espécies ameaçadas de extinção: a do IBAMA, e a “Lista Vermelha” da União Internacional para a Conservação da Natureza e Recursos Naturais – IUCN. Há classificações que diferem em alguns aspectos, respeitadas as escalas locais, não obstante os critérios estarem embasados em redução percentual no tamanho da população observada, estimada, inferida ou suspeita ao longo de uma década ou três gerações, ou segundo sua distribuição geográfica. O IBAMA, em sua Lista Nacional das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção, atesta registros e comportamentos das espécies de tartarugas marinhas que frequentam as águas brasileiras, sem que as avaliações considerem registros externos. Já os dados da IUCN fundamentam-se nas informações de todas as organizações referentes (no caso do Brasil, o próprio IBAMA) e espelham o comportamento mundial das espécies.

## 2. OBJETIVOS

Acompanhando a trajetória institucional do Projeto TAMAR – sua transformação de um projeto ambientalista para um programa de gestão socioambiental – perpassar por suas inter-relações com o governo (IBAMA/MMA), evidenciando as responsabilidades de cada agente no processo, intentando expor sob ótica ampliada as conexões entre o propósito preservacionista e as rupturas que o mesmo promove no âmbito local, no viver e no saber das populações de contacto, ante às premissas do conceito de desenvolvimento sustentável.

## 3. JUSTIFICATIVA

O Estado promove o amparo às ações do Projeto TAMAR através da criação de unidades de preservação ambiental, instituídas segundo legislação restritiva ao acesso, uso e manejo de seus biomas, mas revela-se ineficiente no cumprimento de ação fiscalizadora, por conta das medidas de redução do aparato estatal. Assim, a restrição legal (e o impedimento ao uso sustentável) se aplica à população brasileira, e mais incidentemente às populações litorâneas, onde estão localizadas as bases do Projeto TAMAR, enquanto as embarcações dos conglomerados pesqueiros de camarão e lagosta capturam tartarugas marinhas em suas redes de pesca, promovendo baixas consideráveis em suas populações. Justifica-se pois, a análise das inter-relações entre governo (IBAMA) e sociedade civil (Projeto TAMAR) quanto às ações e responsabilidades de cada agente no processo.

Nos locais onde as tartarugas marinhas são uma atração turística e o consumo de seus produtos e derivados (ovos, carne, pele, azeite, casco, etc.) não é permitido (como ocorre no Brasil), o rendimento bruto médio auferido por quem detém as prerrogativas de seu controle é 2,9 vezes maior do que rendimento bruto médio nos locais onde o consumo de pelo menos algum produto (ovos, por exemplo) é permitido. Assim, o estudo se justifica quando

---

<sup>3</sup> Termo que designa a exploração descontrolada do recurso até o seu esgotamento.

<sup>4</sup> O ambiente pelágico considerado refere-se às águas próximas às Ilhas de Fernando de Noronha e Trindade, aos Penedos São Pedro e São Paulo e ao Atol das Rocas.

lança luzes sobre a questão da internalização dos recursos captados pelo Projeto TAMAR nos locais onde suas respectivas pesquisas são desenvolvidas, segundo o nível e frequência com que o processo se revela.

Considerando o padrão de organização do Projeto TAMAR, com bases operacionais dispersas geograficamente, em pontos estratégicos da costa brasileira, as relações entre os gestores de cada unidade são horizontais, posto não haver um centro de decisão único. Justifica-se deste modo, observar a arquitetura organizacional do Projeto TAMAR, identificando seus fluxos gerenciais e informacionais, e materializando-se as áreas de abrangência destes fluxos.

A dinâmica política tem alterado substancialmente a estrutura administrativa das organizações ambientalistas governamentais, desde as primeiras ações institucionais, e o Projeto TAMAR manteve-se independente a todas estas movimentações, com autonomia para captar e gerir recursos, estabelecer parcerias empresariais e comerciais. Em 1988, a Fundação Pró-TAMAR, uma organização não-governamental brasileira diretamente ligada à estrutura do Projeto, foi legalmente criada para oferecer suporte, captar recursos e comandar a co-administração entre o Projeto TAMAR e o governo. A análise da função e ação da Fundação Pró-TAMAR em seus processos de gestão e participação administrativa, igualmente justificam os objetivos do referido trabalho.

O desenvolvimento sustentável, em seu módulo idealista, considera ser tanto necessário, quanto possível, desenvolver uma estrutura que promova uma maior autonomia às pessoas, para que reconstruam suas sociedades e produzam bens e serviços de uma maneira sustentável. Concomitantemente, se expandem os serviços de proteção ambiental, os quais confrontam as disparidades sociais brasileiras (concentração de renda, exclusão social e degradação ambiental), projetando um padrão de consumo fortemente orientado para produtos de grande pressão ambiental, acentuando o potencial de impacto da atividade econômica.

#### **4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

O trânsito de interesses ambientalistas e necessidades socioeconômicas, onde se revelam os conflitos entre a evolução socioespacial dos ajuntamentos humanos e os recortes territoriais destinados à conservação da Natureza, premidos todos pelos paradigmas do desenvolvimento sustentável, configura-se absolutamente necessário recorrer às bases teóricas fundantes do pensamento científico, na interdisciplinaridade de seus saberes – Geografia, Ecologia, Biologia, Economia, Direito, Ética, Ciências Sociais e Estatística – a buscar o concurso da rede epistemológica conformada por cada uma destas expressões do conhecimento.

A avaliação da trajetória do Projeto TAMAR, sob todos os enfoques considerados, não pode prescindir do respectivo aprofundamento teórico, tampouco de suas projeções sobre o elemento humano, seus saberes e o espaço vivido, ante o conflito de, respectivamente, tê-los adquirido e não poder praticá-los; entre poder e não poder ocupá-lo.

#### **5. METODOLOGIA**

De caráter exploratório e natureza qualitativa, o referido trabalho intentará responder as proposições estabelecidas, considerando a revisão de bibliografia referente e pesquisa documental.

#### **6. BIBLIOGRAFIA**

ACOSTA, D., GROGG, P., *Es legal comerciar con tortugas?* Artigo. Tierramerica – Medio Ambiente y Desarrollo, Havana, 2000.  
Disponível em <[www.tierramerica.org/2000/0625/articulo.html](http://www.tierramerica.org/2000/0625/articulo.html)>.  
Acessado em 22/09/2005.

- BARKIN, David. *Riqueza, pobreza y desarrollo sostenible*. Editorial Jus y Centro de Ecología y Desarrollo, Mexico, 1998, versão eletrônica.
- BELLINI, C., SANCHES, T. M. *Temporadas reprodutivas da tartaruga marinha chelonia mydas no atol das rocas, rio grande do norte, brasil – uma síntese de 1982 a 1997*. In: Semana Nacional de Oceanografia, 11., 1998, Rio Grande. Resumos Expandidos, Fundação Universidade do Rio Grande, Rio Grande, 1998. p.335-337.
- BRASIL – Legislação Federal, Presidência da República. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.
- CATÃO, Helena., CARNEIRO, Maria José. *Conservação ambiental, turismo e população local*. Rede Acadêmica de Meio Ambiente e Desenvolvimento – RADMA, Rio de Janeiro, 2004.
- Disponível em: <[www.ebape.fgv.br/radma/htm/cadma\\_sma.htm](http://www.ebape.fgv.br/radma/htm/cadma_sma.htm)>.
- Acesso em: 13/02/2006
- CIPCTM – Convenção Interamericana para a Proteção e Conservação das Tartarugas Marinhas. Comentários Introdutórios, 1998.
- IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. *Institucional – o ibama e sua história*. Site oficial. 2005.
- Disponível em <[www.ibama.gov.br/institucional/historia/](http://www.ibama.gov.br/institucional/historia/)>.
- Acessado em 08/03/2005
- IUCN. *Red List of Threatened Species*. 2004
- Disponível em <[www.redlist.org](http://www.redlist.org)>.
- Acessado em 04/08/2005.
- IUCN – Unión Internacional para la Conservación de la Naturaleza y de los Recursos Naturales. *Categorías y Criterios de la Lista Roja de la UICN: Versión 3.1*. Comisión de Supervivencia de Especies de la UICN. UICN, Gland, Suiza y Cambridge, Reino Unido. ii + 33 pp. 2001.
- Disponível em <[www.iucn.org/webfiles/doc/SSC/RedList/redlistcatspanish.pdf](http://www.iucn.org/webfiles/doc/SSC/RedList/redlistcatspanish.pdf)>.
- Acessado em 04/08/2005
- \_\_\_\_\_. *Estrategia mundial para la conservación de las tortugas marinas*. UICN/CSE, 26 p. 1995.
- Disponível em <[www.iucn-mtsg.org/publications/Tech\\_Manual/Tech\\_Manual\\_sp/03\\_Richardson\\_J\\_sp.pdf](http://www.iucn-mtsg.org/publications/Tech_Manual/Tech_Manual_sp/03_Richardson_J_sp.pdf)>.
- Acessado em 13/11/2005
- LUTZ, P.L. & MUSICK, J.A., *The biology of sea turtles*. CRC Press, 432 p. 1996.
- MARCANO, José E. *Educación ambiental en la república dominicana – las tortugas marinas*. 2005
- Disponível em: <[www.jmarcano.com/biodiverso/endanger/tortuga/index.html](http://www.jmarcano.com/biodiverso/endanger/tortuga/index.html)>.
- Acessado em: 25/11/2005
- MARCHINI, Sílvio. *Ambientalismo, ciência e democracia*. Artigo. Sociedade Terra Redonda, 2003. Disponível em: <[www.str.com.br/Scientia/ambientalismo.htm](http://www.str.com.br/Scientia/ambientalismo.htm)>.
- Acesso em 02/08/2005
- MARCOVALDI, M. A. et al, *Brazilian plan for reduction of incidental sea turtle capture in fisheries*. Marine Turtle Newsletter 96: 24-25, 2002.
- MARCOVALDI, Maria Ângela., MARCOVALDI, Guy G dei. *Marines turtles of brazil: the history and structure of projeto tamar-ibama*. Biological Conservation, 91, ELSEVIER, 1999.
- Disponível em <[www.seaturtle.org/pdf/marcovaldi\\_1999\\_biserv.pdf](http://www.seaturtle.org/pdf/marcovaldi_1999_biserv.pdf)>.
- Acesso em 11/10/2005
- MMA – Ministério do Meio Ambiente, Brasil. *Lista nacional das espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção*. 2005

MMA – Ministério do Meio Ambiente/Programa Nacional da Diversidade Biológica – PRONABIO. *Avaliação e ações prioritárias para a zona costeira e marinha – relatório de sistematização de informações para os estados do espírito santo, rio de janeiro, são paulo e paraná*, Base de Dados Tropical, Brasília, 1999

MRE – Ministério das Relações Exteriores. *Agenda 21 – iniciativas regionais e locais*. Brasília, 2006.

Disponível em:

<[www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/meioamb/agenda21/apresent/index.htm](http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/meioamb/agenda21/apresent/index.htm)>

Acesso em: 13/02/2006.

PATIRI, Victor. *O desafio da formação do gestor socioambiental*. VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Lisboa, Portugal, 8-11. 2002a

Disponível em <[unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0044561.pdf](http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0044561.pdf)>.

Acessado em 28/08/2005

\_\_\_\_\_. *Projetos Ecológicos e Desenvolvimento Local – Estudo de Caso do Projeto Tamar*. Escola de Administração/UFBA, 2002b.

SALES, Gilberto. *Plano de a  o para a redução da captura incidental de tartarugas marinhas pela atividade pesqueira*, Relatório da 5  Reunião Ordinária do Subcomit  Científico do Comit  Consultivo Permanente de Gestão Sobre Atuns e Afins, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Recife, 2002

SANCHES, Taisi Maria. *Tartarugas marinhas*, In Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade da Zona Costeira e Marinha. Base de Dados Tropicais. Campinas, São Paulo, 1999.

TAMAR – Programa Nacional de Preservação das Tartarugas Marinhas – Projeto TAMAR. *Novos passos para a autosustenta  o*. Revista TAMAR, número 3, ISSN 14137 7682, Mata de São João, Bahia, 1999.

Disponível em <[www.seaturtle.org/PDF/TAMAR\\_2000\\_Revista.pdf](http://www.seaturtle.org/PDF/TAMAR_2000_Revista.pdf)>.

Acessado em 13/11/2005.

TAMAR – Programa Nacional de Preservação das Tartarugas Marinhas – Projeto TAMAR. Brasil, 2005. Disponível em <[www.tamar.com.br](http://www.tamar.com.br)>.

Acessado em 05/02/2005.

TRO NG, S. and DREWS, C. *Moneys talks: aspects of marine turtle use and conservation*, WWF–International, Gland, Switzerland, 2004.

VOGEL, Joseph Henry. *Como obter êxito ao usar instrumentos econ micos para promover o uso sustentável da biodiversidade: seis estudos de caso da américa latina e caribe*. Biopolicy Journal, Volume 2, Artigo 5, Pontificia Universidad Católica de Valparaíso, Valparaíso, Chile, 1997

WWF – Global Environmental Conservation Organisation. *What we do?*. 2005

Disponível em

<[www.panda.org/about\\_wwf/what\\_we\\_do/species/showspecies.cfm?SID=31&LID=1&FH=>](http://www.panda.org/about_wwf/what_we_do/species/showspecies.cfm?SID=31&LID=1&FH=>)>.

Acessado em 22/09/2005.